SUSTENTABILIDADE E AUTOGESTÃO EM EXPERIÊNCIAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

SUSTAINABILITY AND SELF-MANAGEMENT IN COMMUNITY-BASED TOURISM EXPERIENCES

LILIANE CRISTINE SCHLEMER ALCÂNTARA
UFMT - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

JULIA DOMINGUES REIS DOS SANTOS

OLIVIA JOANA DE CASTRO VIEIRA

GISA LAURA MARIA EGUES DOS REIS
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO - UNEMAT

Comunicação:
O XIV SINGEP foi realizado em conjunto com a 14th Conferência Internacional do CIK (CYRUS Institute of Knowledge) e com a SPARK (Society for Promoting Academic Research and Knowledge), em formato híbrido, com sede presencial na UNINOVE - Universidade Nove de Julho, no Brasil.

Agradecimento à orgão de fomento:
Agradecimento ao CNPQ e CAPES por bolsas PIBIC, Mestrado e Doutorado; a Universidade Federal de Mato Grosso; e ao PPG em Ciências Ambientais (PPGCA) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

SUSTENTABILIDADE E AUTOGESTÃO EM EXPERIÊNCIAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Objetivo do estudo
Analisar as categorias estruturantes em diferentes experiências de Turismo de Base Comunitária (TBC), identificando convergências, especificidades e estratégias que contribuem para sua consolidação em diferentes contextos territoriais, com foco nos princípios de sustentabilidade e autogestão

Relevância/originalidade
O estudo integra o TBC à Bioeconomia e Economia Solidária sob uma perspectiva decolonial. Aborda a resiliência comunitária frente às mudanças climáticas e à especulação imobiliária, preenchendo lacunas sobre a gestão coletiva em contextos latino-americanos.

Metodologia/abordagem
Pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito gestores de TBC no Brasil e Chile. A análise utilizou a técnica temática categorial e a matriz SWOT para avaliação estratégica

Principais resultados
O TBC fundamenta-se na organização coletiva e saberes locais. A matriz SWOT revelou que, embora possuam governança participativa sólida, as iniciativas enfrentam fortes ameaças externas, como crises climáticas, falta de políticas públicas e pressão do turismo convencional

Contribuições teóricas/metodológicas
Amplia-se o referencial teórico ao articular TBC com Marketing Decolonial e Bioeconomia Social e Solidária. Demonstra a eficácia da matriz SWOT para mapear fatores multidimensionais que influenciam a sustentabilidade de empreendimentos comunitários

Contribuições sociais/para a gestão
Fornece subsídios para o fortalecimento da autogestão e redes de cooperação. Orienta políticas públicas e gestores no planejamento de modelos de desenvolvimento territorial mais inclusivos, resilientes e orientados pelo protagonismo comunitário no enfrentamento de desigualdades.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária, Sustentabilidade, Autogestão, Economia Solidária, Desenvolvimento Territorial

SUSTAINABILITY AND SELF-MANAGEMENT IN COMMUNITY-BASED TOURISM EXPERIENCES

Study purpose
To analyze structural categories in different Community-Based Tourism (CBT) experiences, identifying convergences, specificities, and strategies that contribute to their consolidation in various territorial contexts, focusing on sustainability and self-management principles

Relevance / originality
The study integrates CBT with Bioeconomy and Solidarity Economy from a decolonial perspective. It addresses community resilience against climate change and real estate speculation, filling gaps regarding collective management in Latin American contexts.

Methodology / approach
Qualitative, descriptive, and exploratory research. Semi-structured interviews were conducted with eight CBT managers in Brazil and Chile. Analysis employed categorical thematic techniques and the SWOT matrix for strategic assessment

Main results
CBT is grounded in collective organization and local knowledge. The SWOT matrix revealed that while initiatives possess solid participatory governance, they face significant external threats, such as climate crises, lack of public policies, and conventional tourism pressure.

Theoretical / methodological contributions
It expands the theoretical framework by linking CBT with Decolonial Marketing and Social and Solidarity Bioeconomy. It demonstrates the SWOT matrix's effectiveness in mapping multi-dimensional factors influencing community enterprise sustainability

Social / management contributions
It provides support for strengthening self-management and cooperation networks. It guides public policies and managers in planning more inclusive, resilient territorial development models driven by community protagonism in addressing inequalities.

Keywords: Community-Based Tourism, Sustainability, Self-management, Solidarity Economy, Territorial Development

SUSTENTABILIDADE E AUTOGESTÃO EM EXPERIÊNCIAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

1 Introdução

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é uma abordagem inovadora e participativa que coloca as comunidades locais no centro do desenvolvimento turístico sustentável e endógeno. Este modelo está alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, priorizando o empoderamento da comunidade, preservação cultural e sustentabilidade ambiental.

Para Scheyvens (1999), o TBC caracteriza-se principalmente por um modelo que enfatiza a participação ativa das comunidades locais no planejamento, gestão e compartilhamento de benefícios do turismo. Distingue-se do turismo convencional por seu foco na melhoria das condições socioeconômicas das comunidades locais, garantindo, ao mesmo tempo, a sustentabilidade ambiental. Embora o turismo comunitário e o turismo rural compartilhem semelhanças, fatores socioeconômicos, políticos e de governança essenciais moldam sua eficácia de forma diferente em países desenvolvidos e em desenvolvimento (Zielinski *et al*., 2020)

O TBC serve como uma estratégia vital para o desenvolvimento territorial sustentável, envolvendo ativamente comunidades locais no planejamento e gestão do turismo. Essa abordagem participativa não apenas capacita os residentes, mas também garante que as atividades turísticas se alinhem aos princípios do desenvolvimento sustentável, aumentando assim o bem-estar da região e de seus habitantes.

O TBC pode diversificar as economias locais e preservar o patrimônio cultural, criando oportunidades econômicas e salvaguardando tradições e locais históricos. Além disso, o envolvimento da comunidade promove a compreensão intercultural e garante que os benefícios do turismo sejam compartilhados de forma equitativa entre as populações locais. A integração desses elementos resulta em uma estrutura de turismo sustentável baseado na comunidade e pode levar à prosperidade e resiliência de longo prazo, tornando-se um modelo atraente para o desenvolvimento territorial sustentável.

Frente as mudanças climáticas, o TBC pode ser uma estratégia capaz de conciliar desenvolvimento local com conservação ambiental, valorização cultural e geração de oportunidades econômicas para as comunidades envolvidas. Nesse contexto, este artigo busca compreender as implicações que a relação entre turismo e desenvolvimento sustentável pode produzir em nível comunitário, tomando como referência experiências de TBC.

Diante desse cenário, esta pesquisa é orientada pela seguinte questão de pesquisa: como as experiências de Turismo de Base Comunitária analisadas contribuem para a consolidação do TBC em diferentes contextos territoriais? Para responder a essa questão, o objetivo geral consistiu em analisar as categorias estruturantes presentes em diferentes experiências de Turismo de Base Comunitária, identificando convergências, especificidades e estratégias que contribuem para sua consolidação.

2 Referencial teórico

2.1 Turismo de Base Comunitária e desenvolvimento territorial sustentável

O desenvolvimento territorial sustentável envolve a integração de considerações econômicas, sociais e ambientais para promover o bem-estar de uma região e de seus habitantes.

Esse conceito é crucial, pois fornece uma estrutura para entender o impacto potencial do turismo comunitário no desenvolvimento territorial. Ao adotar práticas sustentáveis, as comunidades podem garantir que as atividades turísticas contribuam para a prosperidade a longo prazo, leva a preservação do patrimônio cultural envolvendo a proteção e promoção dos bens culturais de uma comunidade, incluindo tradições, costumes e locais históricos.

Entretanto, essa proposta enfrenta um desafio amplamente debatido nas agendas de lideranças e representantes governamentais: a superação das desigualdades sociais e territoriais diante da intensificação dos impactos globais das mudanças climáticas, questão atualmente central no debate sobre justiça climática conforme discutido por (Torres *et al*., 2021).

Neste contexto, se remete ao ecodesenvolvimento, que antecede o desenvolvimento sustentável e trás consigo a perspectiva de um modelo alternativo para aquilo que o capitalismo nomeia como desenvolvimento econômico de modo que se trata de um desenvolvimento baseado nas especificidades de uma determinada regionalidade. Para Araújo, Barroso e Souza (2018) o conceito de desenvolvimento sustentável é um conceito controverso. Desta maneira, a palavra desenvolvimento encontra-se por vezes vinculada ao tema de crescimento econômico.

Araújo, Barroso e Souza (2018) pontuam sobre a importância da distinção desses conceitos pois ainda que o termo desenvolvimento sustentável tenha sido utilizado para substituir o ecodesenvolvimento, este surgiu em detrimento das preocupações com preservação do meio ambiente concomitantemente com a busca pela melhoria socioeconômica através uma construção coletiva, local e endógena, como é o caso do Turismo de Base Comunitária. A diferença entre os termos concentra-se entre territorialidade e universalização dessas ações.

Vale ressaltar, nesse mesmo contexto, que a crise ambiental discutida há décadas permanece sem avanços significativos e continua ocupando posição central nas agendas de líderes e governos em escala global. Nesse cenário, Ummel (2014) analisa que há uma relação direta entre os padrões de desenvolvimento econômico e os impactos socioambientais, uma vez que os países mais industrializados e com maiores Produto Interno Bruto (PIB) tendem também a figurar entre os maiores emissores de gases de efeito estufa (GEE), os quais têm intensificado a crise climática contemporânea.

A partir dessa premissa, a análise de desigualdades se torna um ponto chave para compreender as nuances dos problemas climáticos e ambientais, assim como pontua o Relatório sobre a Desigualdade Mundial de 2026 (World Inequality Report, WIR). Com base nessa fundação, o WIR 2026 explora novas dimensões da desigualdade que definem o século XXI:

> [...] clima e riqueza, disparidades de gênero, acesso desigual ao capital humano, as assimetrias do sistema financeiro global e as divisões territoriais que estão redesenhando a política democrática. Juntos, esses temas revelam que a desigualdade hoje não se limita à renda ou à riqueza; ela afeta todos os domínios da vida econômica e social (Chancel, *et al.,* 2026, p. 2).

Da mesma maneira, o relatório destaca que mesmo as contribuições para as mudanças climáticas não são distribuídas de uma maneira equitativa. E isso pode ser evidenciado através da ponderação de que a categoria de pessoas incluídas dentre os 10% mais ricos do mundo são responsáveis por 77% das emissões globais dentro do quadro de propriedades de capital privado (Chancel, 2026, *et al*.)

Através de tais urgências globais, cresce a importância e o enfoque da Conferência das Partes realizada anualmente pela Organização das Nações Unidas (ONU), onde propostas consignadas no Acordo de Paris com a finalidade de frear o aquecimento global decorrente das ações antrópicas, são a cada ano renegociadas para atender desequilíbrios ambientais que já ultrapassaram as classificações de urgência a um ponto de não mais impedir, mas sim de adaptação às catástrofes ambientais e as mudanças oriundas do clima.

Por fim, esses conceitos culminam no surgimento do desenvolvimento territorial sustentável, compreendido por Vieira (2009) como um processo de construção coletiva da sustentabilidade. Nessa perspectiva, a territorialidade deve ser entendida não apenas como um espaço físico, mas como um conjunto de relações marcado pela descentralização, autonomia local e sistemas produtivos que valorizem o protagonismo dos atores do território. Assim, as percepções, saberes e noções culturais de cada local passam a integrar a formulação de estratégias voltadas à construção e à gestão do espaço territorial.

A COP tornou-se o principal fórum multilateral de negociação climática, no qual os países apresentam e reavaliam suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). Onde o papel dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável se torna universal para práticas sustentáveis, além de evidenciar o que necessita ser alcançado através das 169 metas traçadas e 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável dentro da Agenda Pós 2015 (Nações Unidas Brasil, 2015).

Neste contexto, o TBC, na gestão concreta do território, além de permitir a preservação ambiental, cultural, social e econômica, valoriza as características locais e a sustentabilidade territorial para que as próximas gerações tenham o melhor acesso possível aos bens comuns naturais e desfrutem dos serviços ecossistêmicos prestados pela natureza sem que sejam esgotados. Desta forma, a sustentabilidade é incorporada em práticas diárias que fortalecem pilares essenciais para o bem-estar comunitário e do meio ambiente em seu entorno, estabelecendo ações que fortalecem o consumo e produção responsáveis, proteção da biodiversidade, construção cultural, inclusão social e planejamento sustentável territorial.

2.2 Turismo de Base Comunitária e Agenda 2030

O Turismo de Base Comunitária (TBC) apresenta forte relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, sobretudo por promover inclusão social, geração de renda, fortalecimento das economias locais e valorização da agricultura familiar. Nesse contexto, o ODS 1, voltado à erradicação da pobreza, o ODS 2, relacionado à Fome Zero e Agricultura Sustentável, e ODS 8, referente ao trabalho decente e crescimento econômico, associam-se ao TBC por estimularem práticas econômicas sustentáveis, produção local e segurança alimentar, beneficiando diretamente as comunidades envolvidas (Brasil, 2007; Ribeiro; Alcântara & Sampaio, 2025).

Além disso, o TBC contribui para a valorização cultural e para a ampliação da participação social, especialmente de mulheres e grupos historicamente vulnerabilizados. Assim, o ODS 5, referente à igualdade de gênero, e o ODS 11, que trata das cidades e comunidades sustentáveis, dialogam com essa modalidade turística ao incentivar processos participativos, preservação dos modos de vida e fortalecimento territorial das comunidades (Grimm; Alcântara & Sampaio, 2018).

Ainda o TBC também está alinhado aos ODS 12 e 13, relacionados ao consumo responsável e à ação climática, ao incentivar práticas sustentáveis e a conservação ambiental. Conforme apontam Navarro-Drazich *et al.* (2023), o turismo possui impactos significativos nas emissões de gases de efeito estufa, tornando necessária a adoção de estratégias mais sustentáveis. Neste contexto, o TBC surge como alternativa relevante frente aos desafios da crise climática (Brasil, 2026).

A existência de uma demanda identificada nos espaços coletivos relacionada ao gerenciamento do descarte de resíduos, evidencia a necessidade de desenvolvimento de ações voltadas ao enfrentamento dessa problemática, considerando diversos ODS. Entre eles, destaca-se o ODS 3, que busca reduzir significativamente o número de mortes e doenças causadas pela contaminação e poluição do ar, da água e do solo. Soma-se a isso o ODS 6, que visa proteger e

restaurar ecossistemas relacionados à água, além de priorizar a redução da poluição e a melhoria da qualidade da água, especialmente diante da grande quantidade de famílias que a consomem. Também se reforça o compromisso com os ODS 12 e 13, uma vez que a gestão de resíduos está diretamente ligada ao consumo responsável e à preservação ecológica, por meio da redução da geração de resíduos e de sua destinação final adequada (Nações Unidas, 2015).

Alinhado aos ODS, as ações alcançadas pelo TBC permitem também assegurar à comunidade local o seu direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado conforme dispõe o artigo 225 da Constituição Federal de 1988. Visto que, o dever de proteger e preservar o meio ambiente não se resguarda tão somente ao poder público, mas se estende também a coletividade como uma forma de atender as necessidades humanas respeitando os limites ecológicos sem comprometer as gerações futuras (Brasil, 1988).

2.3 Turismo de base comunitária e transformação social

O TBC se refere a um tipo de turismo em que as comunidades locais estão diretamente envolvidas no planejamento, gerenciamento e compartilhamento de benefícios das atividades turísticas. Esse conceito é altamente relevante, pois destaca a importância da participação da comunidade no desenvolvimento territorial sustentável. Ao capacitar as comunidades locais, o turismo comunitário contribui para a preservação do patrimônio cultural e promoção do desenvolvimento sustentável (Grimm; Alcântara & Sampaio, 2018).

O TBC tem se consolidado como uma das alternativas mais viáveis e sustentáveis para o desenvolvimento local de populações tradicionais, rurais ou historicamente marginalizadas. Diferente do turismo convencional, focado no consumo de massa e na exploração comercial predatória, o TBC fundamenta-se no protagonismo dos moradores. No cenário do TBC, o desenho de um projeto dessa natureza exige uma compreensão profunda de dois pilares: engajamento comunitário e transformação social. Sem a mobilização ativa e a conscientização coletiva da população local, qualquer iniciativa turística corre o risco de se tornar exotérica, gerando descaracterização cultural e dependência econômica em vez de emancipação (Dangi & Jamal, 2016),

O engajamento comunitário não deve ser compreendido meramente como a participação em reuniões ou a prestação de serviços para os visitantes. Trata-se, de um processo de empoderamento e tomada de decisão. Quando a comunidade assume as rédeas do planejamento turístico, ela passa a definir o que quer mostrar, como quer receber o turista e, principalmente, quais são os limites dessa interação. Esse nível de engajamento pressupõe o fortalecimento do tecido social interno, a criação de associações ou cooperativas fortes e a divisão justa dos benefícios gerados (Irving, 2009; 2015). O envolvimento de diferentes segmentos da comunidade, como jovens, mulheres e idosos, garante que o projeto seja inclusivo e representa a pluralidade cultural e histórica do território.

Nesse caminho de descobertas e amadurecimento do TBC, a parceria com a universidade ganha um papel catalisador indispensável através da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esse tripé acadêmico funciona como uma ponte horizontal: os estudantes aprendem com a realidade prática do local (ensino), a ciência ajuda a mapear as riquezas e potencialidades da região (pesquisa) e essas ações se transformam em oficinas de capacitação e apoio técnico à gestão (extensão). Não se trata da universidade ditar regras, mas sim de somar o conhecimento científico ao saber popular dos moradores.

O caminho para alcançar a transformação social por meio do TBC impõe desafios complexos. O principal deles é evitar que o turismo divida as pessoas ou que os recursos fiquem nas mãos de poucos, o que pode enfraquecer os laços de solidariedade. Por isso, a governança participativa é indispensável, bem como a preservação do patrimônio material e imaterial que

demanda de espaços de diálogo, garantindo que o turismo dê vida nova ao território sem perder suas raízes.

2.3 Economia solidária e bioeconomia

As discussões sobre novos modelos de desenvolvimento intensificaram-se diante dos desafios ambientais, econômicos e sociais contemporâneos. Nesse contexto, a bioeconomia e a economia solidária destacam-se como referenciais que, embora tenham origens distintas, compartilham o propósito de promover formas mais sustentáveis e inclusivas de organização da produção, da gestão dos recursos naturais e do desenvolvimento territorial.

Para Bugge, Hansen e Klitkou (2016), a bioeconomia consolidou-se como um campo estratégico de pesquisa e formulação de políticas públicas voltado ao uso sustentável dos recursos biológicos. Os autores identificam três abordagens predominantes para compreender a bioeconomia: biotecnológica, fundamentada na inovação científica e tecnológica; biorrecursos, orientada ao aproveitamento econômico da biomassa; e bioecológica, que enfatiza conservação da biodiversidade, serviços ecossistêmicos, eficiência no uso dos recursos naturais e sustentabilidade ambiental. Essa última amplia a compreensão da bioeconomia ao integrar as dimensões ecológica, econômica e social do desenvolvimento.

Essa concepção é aprofundada por Gonçalves *et al.* (2020), que define a bioeconomia sustentável como uma proposição científica emergente e interdisciplinar, fundamentada na integração entre ativos biológicos, bioenergia, produção de alimentos, serviços ecossistêmicos e desenvolvimento territorial. Os autores destacam que o conceito permanece em construção e tem evoluído na direção de um modelo capaz de conciliar crescimento econômico, conservação ambiental e bem-estar social. Complementando essa perspectiva, Diakosavvas e Frezal (2019) argumentam que a consolidação da bioeconomia depende do fortalecimento da inovação, da governança e de políticas públicas que estimulem sistemas produtivos sustentáveis, promovam o uso eficiente dos recursos naturais e fortaleçam as cadeias agroalimentares.

Enquanto a bioeconomia concentra-se na utilização sustentável dos recursos biológicos, a economia solidária direciona sua atenção às relações sociais que estruturam a produção e a organização do trabalho. Para Singer (2002), a economia solidária constitui uma alternativa às formas tradicionais de organização econômica, fundamentando-se na cooperação, na propriedade associada ou coletiva dos meios de produção e na autogestão. Nessa perspectiva, os trabalhadores participam democraticamente das decisões e compartilham os resultados do empreendimento, fortalecendo processos de democratização econômica e inclusão social.

Singer (2008) destaca que a autogestão representa um dos principais elementos distintivos dos empreendimentos solidários, pois amplia a participação democrática, fortalece a autonomia dos trabalhadores e favorece processos permanentes de aprendizagem coletiva. Essa forma de organização substitui estruturas hierárquicas convencionais por relações baseadas na cooperação, na corresponsabilidade e na gestão compartilhada.

Essa perspectiva é reforçada por Esteves *et al.* (2021), ao demonstrarem que iniciativas vinculadas à economia social e solidária fortalecem a governança comunitária, estimulam a inovação social e ampliam a gestão compartilhada dos bens comuns. Segundo os autores, essas experiências contribuem para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ao fortalecer capacidades locais, ampliar a participação social e promover formas mais sustentáveis de desenvolvimento.

A aproximação entre bioeconomia e economia solidária torna-se evidente em Lasso Gutiérrez *et al.* (2023), que articulam a bioeconomia, a sociobiodiversidade, a agroecologia, a economia solidária e o Bem Viver como referenciais complementares para a construção de modelos de desenvolvimento comprometidos com a conservação da biodiversidade, a valorização dos conhecimentos tradicionais e o protagonismo das comunidades locais. Nessa

perspectiva, os autores defendem que a transição para uma bioeconomia sustentável depende da integração entre conservação ambiental, justiça social e participação comunitária na gestão dos territórios.

Essa convergência é ampliada por Igwe (2026), ao propor o conceito de Bioeconomia Social e Solidária (*Social and Solidarity Bioeconomy*), fundamentado na gestão coletiva dos recursos biológicos, na cooperação, na governança democrática e no compartilhamento de conhecimentos. Segundo a autora, esse modelo fortalece a resiliência das comunidades, amplia a capacidade de inovação social e favorece processos de desenvolvimento sustentável orientados pelo bem comum.

Dessa forma, observa-se que bioeconomia e economia solidária apresentam fundamentos complementares. A bioeconomia oferece as bases para o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos biológicos por meio da inovação, da conservação ambiental e do aproveitamento responsável dos ativos naturais. A economia solidária, por sua vez, contribui com mecanismos de cooperação, autogestão, participação democrática e governança compartilhada, fortalecendo o protagonismo das comunidades na gestão dos recursos e dos empreendimentos coletivos. A convergência entre esses referenciais revela-se especialmente relevante para iniciativas de desenvolvimento territorial, como o Turismo de Base Comunitária, nas quais a sustentabilidade ambiental, a valorização dos saberes locais e a organização coletiva constituem dimensões indissociáveis.

2.4 Marketing decolonial e participativo

O marketing surgiu na década de 1880, nos Estados Unidos e Europa, intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do sistema capitalista, como uma ferramenta essencial para impulsionar empresas e indústrias, respondendo à necessidade de segmentação e administração dos empreendimentos que emergiram da expansão industrial. Sob essa ótica, uma das definições mais consagradas do marketing é a de “suprir necessidades gerando lucro”, baseada na identificação e satisfação das demandas humanas. Assim, os profissionais da área estimulam o consumo por meio da propaganda para atingir objetivos organizacionais, focando em reter clientes de forma a beneficiar, prioritariamente, a empresa (Kotler, 2012).

No entanto, esse modelo centrado no consumo desenfreado tem gerado profundos desgastes sociais. Sob a lente de Zaoual (Paz; Tunes & Lima, 2005), o sujeito contemporâneo, muitas vezes incapaz de encontrar um sentido autêntico para a existência dentro da lógica industrial, começa a romper com as crenças de uma economia voltada à frustração permanente e à sensação de eterna falta. Em busca de pertencimento, as pessoas passam a valorizar relações de qualidade, cultura e comunidade. Para os autores (2005), o TBC tem um significado claro dessa crise da civilização industrial, refletindo uma mudança na demanda social por valores mais humanos nas relações de troca. O turismo consciente, social e solidário surge, portanto, como uma alternativa ética e um refúgio frente aos falsos valores da sociedade moderna.

É justamente nesse contrafluxo que o Marketing Decolonial e Participativo se estabelece como uma ponte possível. De acordo com Walsh (2013), a decolonialidade não é uma teoria abstrata, paradigma ou ideologia, mas uma ferramenta de luta e sobrevivência. É modo de ser, estar e viver no mundo; ação, insurgência e proposição contra o sistema capitalista, racista, heteropatriarcal, antropocêntrico, moderno, colonial e contra seu projeto de morte, abrindo espaço para a criação e construção de algo novo. O Marketing, longe de ser um instrumento de exploração, se ressignifica como uma poderosa ferramenta a serviço do Bem Viver e do Turismo de Base Comunitária.

Para que isso ocorra, as estratégias mercadológicas tradicionais devem ser subvertidas e aplicadas de maneira ética, consciente e solidária, onde a própria comunidade assume o

protagonismo. A "promoção", que para Kotler (2012) se limita à forma de propagar e comunicar um produto ao público, passa a ser uma ferramenta de autoafirmação e voz comunitária. Da mesma forma, ao se apropriar da pesquisa e da análise de ambientes, a comunidade deixa de ser um objeto de estudo passivo e passa a tomar decisões mais precisas e autônomas, mitigando riscos e protegendo seu território de forma participativa.

3 Metodologia

Metodologicamente trata-se de uma pesquisa descritiva de cunho exploratório e qualitativo. Neste estudo foram realizadas entrevistas semiestruturadas, gravadas e registradas através da plataforma Google Meet, de forma totalmente online, com o consentimento dos entrevistados. O público escolhido foram 6 (seis) gestores de projetos de Turismo de Base Comunitária do Brasil e 1 (um) do Chile, resultando em 8 (oito) experiências no total.

As experiências analisadas foram: TBC do Rio Sagrado (Morretes/PR); Cooperativa Trawun (Panguipulli/Chile); Rede Tucum (Rede Cearense de Turismo Comunitário); TBC Praia do Aventureiro (Ilha Grande/RJ); Rede Nhandereko (RJ e SP); Acolhida na Colônia (Santa Rosa de Lima/SC); TBC Cabula (Salvador/BA); TBC Cinturão Verde/Facão (Cáceres/MT). As entrevistas foram divididas em cinco eixos temáticos (quadro 1):

Eixos Temáticos	Objetivos	Perguntas
Eixo 1 – Economia Social e Solidária (ESS) e Redes de Apoio	Compreender como os princípios da ESS estruturam a gestão comunitária e identificar redes de apoio.	1. Como os princípios da Economia Social e Solidária (autogestão, cooperação, solidariedade) se manifestam na organização do TBC? 2. Como ocorre a distribuição dos benefícios econômicos gerados pelo turismo entre os membros da comunidade? 3. A iniciativa participa de redes ou parcerias com outros empreendimentos de TBC ou economia solidária? Como essas relações contribuem para o fortalecimento do turismo? 4. (Caso tenha instituído a economia solidária) Como foi o processo para a efetivação desse sistema dentro da comunidade?
Eixo 2 – Governança e Organização Comunitária	Analisar a estrutura organizacional e os processos de gestão.	5. Se houver, como está estruturada a governança da iniciativa (associação, cooperativa, coletivo informal)? 6. Quais são os principais desafios na gestão coletiva do turismo? 7. Como se dividem os lucros e como os preços das visitas foram determinados?
Eixo 3 - Marketing, Comunicação e Inovação no TBC	Investigar estratégias de promoção e fortalecimento alinhadas aos valores comunitários.	8. Como a comunidade constrói sua identidade cultural nas estratégias de marketing e quais seus processos? 9. Quais canais de divulgação são utilizados e como evitam a mercantilização excessiva ao promover o turismo? 10. Quais são os principais desafios para atrair turistas alinhados aos princípios do TBC?
Eixo 4 – Sustentabilidade e Impactos	Avaliar os efeitos do TBC na comunidade.	11. Como vocês avaliam os impactos do turismo (sociais, econômicos, ambientais e crise climática)? 12. De que forma esses resultados influenciam as decisões de gestão e marketing? 13. Como a comunidade organiza a coleta e o manejo dos resíduos produzidos pelo turismo? 14. Quem são os responsáveis pela gestão dos resíduos? Há parcerias com o

		poder público ou empresas? 15. Na perspectiva das desigualdades enfrentadas pela agricultura familiar/subsistência diante das dificuldades climáticas, você considera que as redes de interação e cooperação entre comunidades podem diminuir essas desigualdades?
Eixo 5 – Metodologia de Implementação do TBC	Identificar as metodologias adotadas	17. Quais as metodologias para implementação do TBC?

Quadro 1 – Eixos temáticos
Fonte: elaboração das autoras

Analisou-se os princípios que orientam a gestão comunitária, estratégias e perspectivas futuras, do ponto de vista do gestor no Turismo de Base Comunitária. Deste modo, a análise do conteúdo foi dividida em três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados de acordo com Bardin (2016). A pré-análise consistiu em sistematizar ideias, hipóteses e objetivos, organizando as entrevistas em documentos escritos e leitura "flutuante" dos documentos. A exploração do material constou com a categorização do material em cinco temas orientados a análise de gestão comunitária e quatro temas orientados a avaliação de estratégias. Por último foi feito o tratamento e condensação dos resultados a partir da matriz SWOT, para a avaliação estratégica e a análise da gestão comunitária do TBC.

Este trabalho utilizou-se de ferramenta de Inteligência Artificial Generativa para apoio em revisão linguística, organização textual dos quadros e aprimoramento editorial. Todo o conteúdo foi revisado criticamente pelos autores, que assumem integral responsabilidade pelo manuscrito submetido de acordo com a Política de Integridade na Atividade Científica (CNPq, 2026; Uninove, 2026).

4 Análise dos resultados e discussões

A avaliação do impacto do turismo envolve a avaliação dos efeitos econômicos, sociais e ambientais das atividades turísticas em uma comunidade ou região. Esse conceito é relevante para a consulta, pois destaca a necessidade de monitorar e gerenciar os impactos do turismo nas comunidades e ambientes locais. Ao realizar avaliações de impacto regulares, as comunidades podem identificar áreas de melhoria e desenvolver estratégias para mitigar os efeitos negativos.

A avaliação do impacto social envolve a avaliação dos efeitos sociais das atividades turísticas nas comunidades locais, incluindo impactos na cultura, nos meios de subsistência e no bem-estar. Esse conceito é crucial para a consulta, pois destaca a necessidade de monitorar e gerenciar os impactos sociais do turismo nas comunidades locais. Ao realizar avaliações de impacto social, as comunidades podem identificar áreas de melhoria e desenvolver estratégias para mitigar os efeitos negativos.

Os impactos ambientais resultam na conservação ambiental que envolve a proteção e preservação dos recursos naturais, incluindo ecossistemas, biodiversidade e habitats naturais. Esse conceito é relevante, pois ressalta a importância do turismo comunitário na promoção da conservação ambiental. Ao adotar práticas sustentáveis de turismo, as comunidades podem contribuir para a proteção dos recursos naturais e apoiar os serviços ecossistêmicos.

4.1 Análise das experiências de Turismo de Base Comunitária

Para este estudo, utilizou-se do método de análise temática categorial, com foco na codificação e decodificação do material, desta forma, separando as respostas dos entrevistados em nove categorias com temas distintos, para análise e decodificação. Analisou-se os dados coletados nos seguintes temas: Economia Social e Solidária, Participação Comunitária,

Marketing e Sustentabilidade e Metodologia de Implementação do TBC que visam ampliar a percepção da pesquisa sobre os dados gerados.

A necessidade dessa categorização, se deve a influência que estes referenciais temáticos geram na atuação da frente comunitária do TBC. Nesta análise, as respostas dos entrevistados indicam a forma de organização das experiências de TBC em razão de soluções aos problemas da comunidade, planejamento de atividades, divisão dos lucros, parcerias e inovações realizadas por estes. Servindo para compreender a realidade dos segmentos de TBC e suas peculiaridades em cada região analisada. No Quadro 1, os referenciais temáticos indicam as características e categorias de cada Experiência de Turismo de Base Comunitária.

Experiências de TBC	**Principais atividades**	**Economia Social e Solidária (ESS) e Redes de Apoio**	**Governança e Organização Comunitária**	**Marketing, Comunicação e Inovação no TBC**	**Sustentabilidade e Impactos**	**Metodologia de Implementação do TBC**
TBC do Rio Sagrado: Microbacia Hidrográfica do Rio Sagrado, Morretes, litoral do Paraná (comunidades rurais de Candonga, Canhembora, Brejumirim e Rio Sagrado de Cima).	Produção artesanal; agricultura familiar; turismo de experiência; hospedagem em pousadas familiares; comercialização coletiva de produtos e serviços locais.	Organização por meio da Associação Comunitária Candonga, fundamentada na cooperação, estruturando um Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.Com).	Processo de pesquisa-ação participante. Envolvimento comunitário, agricultores, universidade e de jovens locais	Feiras para promoção do turismo. Sistema de trocas. Turismo de experiência. Divulgação por meio de projetos universitários. Inovação metodológica e institucional.	Proposta com na Zona de Educação para o Ecodesenvolvimento.	Pesquisa-ação participante. projetos de pesquisa universitário.
Cooperativa Trawun de Turismo de Base Comunitária: localizada na comuna de Panguipulli, Região de Los Ríos, sul do Chile, reunindo famílias mapuche e comunidades rurais.	Experiências turísticas fundamentadas na identidade cultural mapuche, no cooperativismo, na valorização do patrimônio cultural e natural e no desenvolvimento territorial.	Cooperativa e empreendimentos rurais e organização turística comunitária coletiva	Pesquisa ação participante com Universidade Austral de Chile, comunidade rural e Mapuche	Articulação local por meio de plataforma própria. Inovação organizacional e intercultural.	Medições de resíduos: cálculo do consumo de energia, planos de diminuição de consumo energético e isolamento térmico das casas.	Processo de incubação territorial de longo prazo. Autocertificação
Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum): criada em 2003 e oficialmente lançada em 2008, reúne comunidades tradicionais do litoral cearense.	TBC pautado na gestão comunitária, na defesa do território, na valorização cultural, na conservação ambiental e na economia solidária.	Organizados em associação, gestão coletiva dos recursos e autogestão	Construção participativa histórica com envolvimento comunitário	Divulgação por meio de canais próprios. Inovação em governança territorial.	Proposta de resistência ao turismo de massa e preservar o modo de vida local.	Consolidação participativa e expansão e, estrutura de rede sociotécnica.
***TBC na Praia do Aventureiro**: Ilha Grande, município de Angra dos Reis (RJ), formada por famílias caiçaras que vivem da pesca artesanal, da agricultura de subsistência e do turismo.	Hospedagem em campings e pousadas familiares; turismo de natureza; turismo de experiência; pesca artesanal e gastronomia caiçara.	Turismo com base na gestão comunitária	Governança participativa. Associação de moradores. Conselho da Reserva de Desenvolvimento Sustentável, e atuação nas decisões locais e diálogo com a universidade.	Promoção voltada para o controle do fluxo turístico, sem foco em grandes campanhas para evitar o turismo de massa. Inovação em gestão ambiental.	Regras rígidas de capacidade de carga para limitar o número de visitantes permitidos na praia e proteção ambiental.	Implementada por meio de um edital do Ministério do Turismo suporte da universidade.

***Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária**: reúne comunidades caiçaras, indígenas Guarani e quilombolas dos municípios de Angra dos Reis e Paraty (RJ) e Ubatuba (SP).	Turismo de Base Comunitária associado à agroecologia, ao turismo de experiência, à valorização da cultura tradicional e à conservação dos territórios.	Governança de grupos étnico-culturais (caiçaras, indígenas e quilombolas) que compartilham lutas, agroecologia e turismo.	Forte articulação e politização dos moradores; as decisões de forma horizontal e conjunta através do Fórum de Comunidades Tradicionais.	Construção participativa e identitária da própria logomarca e de produtos gráficos informativos voltados para a valorização cultural. Inovação em aprendizagem colaborativa.	Foco amplo que envolve saneamento ecológico, agroecologia, educação diferenciada e defesa de seus territórios tradicionais.	Metodologia da partilha, oriunda da agroecologia, criação de roteiros de forma intuitiva e convidam as demais comunidades para experimentar e dar feedbacks.
Acolhida na Colônia, Santa Rosa de Lima, Santa Catarina: Santa Rosa de Lima e municípios da região das Encostas da Serra Geral e de outras regiões do Estado.	Agroturismo; hospedagem em propriedades rurais; turismo de experiência e de contemplação; gastronomia típica; produção agroecológica; educação ambiental. Estratégia no saber fazer; roteiros interculturais.	Associações regionais com base na identidade comum e núcleos simplificados sob uma única associação estadual. Compras e vendas coletivas, recursos e mão de obra entre os membros.	Construída a partir de relações de autoajuda, afeto e confiança mútua; associação vista como família e porto seguro. Decisões e normas de funcionamento votadas democraticamente nas vistorias e diagnósticos comunitários.	O projeto focava na divulgação coletiva. Dificuldade de ser vista no mercado dominado por redes sociais. Inovação socioeconômica.	Projeto atrelado a um movimento pré-existente de agro ecologização da agricultura. Combate o uso de veneno, crises da agricultura química e promove o desenvolvimento saudável valorizando as pessoas. Adotam uma lógica de produção 100% orgânica	Inspirada em experiências francesas de turismo agrícola. Metodologia adaptada à realidade local utilizando as práticas de extensão rural e pedagogia de Paulo Freire. Baseia-se no diagnóstico participativo.
Turismo de Base Comunitária (TBC) Cabula, em Salvador (BA): atores sociais do território do Antigo Quilombo Cabula	Turismo de experiência; turismo de base cultural; valorização da religiosidade de matriz africana; manifestações culturais; educação patrimonial e valorização da identidade territorial.	Participação dos moradores, protagonismo local, autogestão, tomada de decisões coletivas. Fortalecimento das lideranças, autonomia local; desenvolvimento de capacidades coletivas.	Articulação entre universidade, comunidade, escolas, associações e demais parceiros institucionais.	História do Antigo Quilombo Cabula, memória social, religiosidade, manifestações culturais, identidade afro-brasileira. Construção coletiva de soluções para o território	Desenvolvimento local, economia solidária, valorização dos recursos endógenos. impactos nas dimensões social, cultural, econômica, educacional, política e ambiental.	Construção coletiva de soluções para o território, metodologias participativas e pesquisa-ação.
TBC da Comunidade do Cinturão Verde/Facão em Cáceres, Mato Grosso: constituída por produtores rurais de agricultura familiar	Turismo de Base Comunitária articulado à produção agroecológica, à agricultura familiar, ao turismo de experiência e de aventura, valorização do patrimônio natural e cultural, educação ambiental; comercialização de produtos da agricultura familiar.	Associação dos Produtores Rurais; economia de proximidade; valorização dos saberes tradicionais; distribuição coletiva dos benefícios econômicos; fortalecimento da autonomia comunitária. Empreendedorismo coletivo.	Parcerias institucionais para capacitação, pesquisa e extensão com a UFMT, UNEMAT, IPHAN, Associação de Produtores Rurais	Produção de conteúdo digital; redes sociais; divulgação dos atrativos; comunicação comunitária; inovação social; criação de roteiros interpretativos; cartografia social; uso de plataformas digitais para promoção do turismo; fortalecimento da marca territorial da comunidade.	Conservação ambiental; valorização do patrimônio natural e cultural; fortalecimento da identidade local; manutenção dos modos de vida sustentável. educação ambiental; preservação da biodiversidade.	Diagnóstico participativo; cartografia social; inventário participativo dos atrativos; oficinas participativas; planejamento colaborativo; construção participativa de indicadores de sustentabilidade e governança; pesquisa-ação como estratégia metodológica.

Quadro 1 – Experiências de Turismo de Base Comunitária por categoria de análise
Fonte: Elaboração das autoras - entrevistas com gestores de projetos de TBC Brasil e do Chile (2026)
* Entrevista com gestora de projetos de TBC de ambas as experiências.

4.2 Avaliação estratégica da gestão do Turismo de Base Comunitária

A avaliação foi realizada utilizando-se da matriz SWOT para coleta e tratamento dos dados. Os dados coletados, através das entrevistas foram separados em: Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. O objetivo foi mapear as possibilidades de estratégia diante do cenário interno e externo das cooperativas/comunidades.

Cooperativa Trawun (Panguipulli, Chile)	**Associação Acolhida na Colônia (Santa Catarina)**	**Rede Tucum / Prainha do Canto Verde (Ceará)**	**Rede Yandereco (Litoral Sul-RJ/Norte-SP)**
Forças (F) Pioneirismo histórico como primeira cooperativa de TBC do Chile. Cadeia operadora turística feita e gerida 100% por locais. Forte espiritualidade mapuche e controle social do espaço.	**Forças (F)** Consolidação orgânica com mais de 26 anos de história. Forte vínculo afetivo, relações de confiança e ajuda mútua. Governança altamente democrática e autogestão consolidada.	**Forças (F)** Pioneirismo na articulação interna e consolidação do método de rede. Forte base na pesca artesanal e na hospedagem domiciliar.	**Forças (F)** Articulação interétnica unindo caiçaras, indígenas e quilombolas. Lideranças locais altamente politizadas e integradas a esferas federais.
Oportunidades (O) Financiamento contínuo de projetos públicos e editais. Intercâmbio tecnológico e missões técnicas com o Brasil. Desenvolvimento de rotas integradas e turismo internacional	**Oportunidades (O)** Cooperação técnico-cultural com a Fundação Casagrande (Museus Orgânicos). Captação de patrocínios governamentais (Embratur). Diferenciação pela gastronomia típica e roteiros interculturais.	**Oportunidades (O)** Fortalecimento dos fóruns comunitários de governança regional. Acesso a linhas de crédito sustentável e ampliação de parcerias acadêmicas.	**Oportunidades (O)** Apoio técnico e financeiro contínuo do OTSS (Fiocruz) e fundos Petrobras. Expansão da "metodologia da partilha" agroecológica para roteiros.
Fraquezas (F) Sazonalidade climática marcante no território. Informatização e presença digital ainda incipientes. Rendimento individual diluído ao dividir receitas por muitas famílias.	**Fraquezas (F)** Envelhecimento rural dos agricultores e escassez de mão de obra. Sobrecarga do produtor idoso (acumula hotelaria, cozinha e marketing digital).	**Fraquezas (F)** Ausência histórica de políticas públicas direcionadas ao TBC.Orçamento financeiro limitado e problemas locais de evasão escolar.	**Fraquezas (F)** Grande invisibilidade social e educacional nos currículos escolares regionais.
Ameaças (A) Pressão do modo de produção capitalista convencional. Desmatamento florestal e implantação de centrais hidroelétricas. Clima severo de inverno (neve e temperaturas negativas).	**Ameaças (A)** "Turistificação" agressiva do meio rural puxada pelo Airbnb. Pressão de proprietários urbanos construindo chalés de luxo concorrentes. Impacto residual da pandemia e persistência do êxodo rural juvenil.	**Ameaças (A)** Pressão predatória do turismo de massa convencional. Opressão social/política. Avanço do avanço costeiro e especulação imobiliária.	**Ameaças (A)** Fortíssima pressão imobiliária das indústrias e do mercado financeiro no eixo RJ-SP.
Praia do Aventureiro (Ilha Grande- RJ)	**Projeto Rio Sagrado (Morretes-PR)**	**Quilombo Cabula (Salvador - BA)**	**TBC Cinturão Verde/Facão**
Forças (F) Amparo legal robusto por ser a primeira RDS do estado do Rio de Janeiro. Garantia da conservação e permanência da população tradicional caiçara.	**Forças (F)** Altíssima produtividade científica (teses, dissertações e artigos publicados). Engajamento de jovens locais através do grupo "Força Jovem".	**Forças (F)** Apropriação comunitária e maturidade da gestão após 15 anos. Identidade e cultura bantas (Laranja Cabula, Sussuarana, Beleza Negra) Retorno de jovens da comunidade como mestrandos e doutorandos	**Forças (F)** Preservação dos modos de vida e saberes locais. Vínculo forte entre os moradores e território. Atrativos naturais. Produção agroecológica. Hospitalidade e acolhimento. Liderança.
Oportunidades (O) Sinalização turística e aprimoramento dos planos de manejo e capacidade de carga. Criação de planos de contingência contra eventos extremos.	**Oportunidades (O)** Captação de fundos intersetoriais e editais complementares de ministérios. Fortalecimento das feiras de troca como atrativo de TBC.	**Oportunidades(O)**Institucionalização do Centro de Estudos e Inovação (CTBC - UNEB) Expansão metodológica para Canudos e outros campi do estado. Criação de novos arranjos de venda (ex: projeto Casa da Laranja)	**Oportunidades (O)** Aumento do interesse por turismo comunitário. Parcerias com Universidades e IPHAN. Capacitações. Articulação com roteiros regionais.
Fraquezas (F): Isolamento geográfico e ausência de transporte público regular (dependência de barqueiros).	**Fraquezas (F)** Baixa infraestrutura instalada e desafios na logística de recepção interna.	**Fraquezas (F):** Falta de recursos financeiros para viagens de ntercâmbio e infraestrutura. Burocracia excessiva para gestão e prestação de contas de editais.	**Fraquezas (F)** Infraestrutura. Acesso. Ausência de formalização do TBC. Divulgação e marketing.
Ameaças (A) Mudanças climáticas (deslizamentos de terra e fortes chuvas). Pressões comunitárias ou externas para inflar a capacidade máxima de	**Ameaças (A)** Especulação imobiliária rural e acentuado êxodo da população juvenil.	**Ameaças (A)** Especulação imobiliária agressiva no miolo urbano de Salvador. Discurso do empreendedorismo	**Ameaças (A)** Pressão externa sobre o território. Risco de descaracterização do território. Ausência de políticas públicas.

visitantes. Falta de manejo de resíduos sólidos.		individual fragmentando o coletivo. Cooptação política.	Mudanças climáticas. Interesse de grupos externos no território.

Quadro 2 - Resultados da análise da Matriz SWOT
Fonte: Entrevista com gestores de Turismo de Base Comunitária

O quadro 2 apresenta a síntese dos principais indicadores de avaliação Estratégica, segmentados pelas diretrizes da matriz SWOT. Os pontos trazidos pelos entrevistados, sobre cada tema do ambiente das comunidades, auxiliam a visualizar possíveis focos gerenciais para a comunidade de TBC. Percebe-se a necessidade de estratégias, com base nos cenários atuais e futuros, desta forma facilitando soluções de problemas ou alavancamento de qualidades em cada segmento de Turismo de Base Comunitária avaliado.

Os dados revelam que as ameaças são a maior das preocupações para os pesquisadores do TBC, sugerindo maior ameaça externa às comunidades como principal necessidade de estratégias. As ameaças mais citadas pelos entrevistados envolvem principalmente as mudanças climáticas e especulação imobiliária e predatória ao território, indicando a necessidade das comunidades em criar estratégias para conter esses riscos.

Avaliando o ambiente interno e externo, pode-se ter uma visão geral de que lugar surgem as maiores preocupações ou oportunidades de crescimento, atuais e futuras, das cooperativas/comunidades. Constata-se que existe maior sensibilidade das comunidades ao ambiente externo do que interno, existindo maior instabilidade sobre pressões externas e em contrapartida maior crescimento de oportunidades em relações públicas, editais de cultura e público turístico para o Turismo de Base Comunitária, hoje e futuramente. Essa avaliação indica a necessidade das comunidades de criarem estratégias para fomentar o TBC e conter as ameaças predatórias ao território de forma integrada.

5 Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar as categorias estruturantes presentes em diferentes experiências de TBC, identificando convergências, especificidades e estratégias que contribuem para sua consolidação. Os resultados evidenciaram que o TBC constitui uma estratégia de desenvolvimento territorial fundamentada na organização coletiva, na valorização dos saberes locais e na articulação entre conservação ambiental, fortalecimento da identidade cultural e geração de alternativas econômicas para as comunidades.

As experiências analisadas demonstram que a Economia Social e Solidária representa um dos principais alicerces da gestão comunitária, manifestando-se por meio de práticas de cooperação, autogestão, reciprocidade e participação democrática. Embora as formas de organização institucional sejam distintas, verificou-se que associações, cooperativas e redes comunitárias compartilham mecanismos de tomada de decisão coletiva e de distribuição dos benefícios gerados pela atividade turística, fortalecendo o protagonismo das comunidades na gestão do território.

No que se refere ao marketing “decolonial”, observou-se que as estratégias de promoção priorizam a valorização dos patrimônios natural e cultural, buscando preservar a autenticidade das experiências oferecidas e minimizar processos de mercantilização dos modos de vida locais. Em diferentes contextos, a comunicação está orientada para a construção de uma identidade territorial capaz de evidenciar os valores culturais, os conhecimentos tradicionais e a relação das comunidades com seus territórios conforme Surata, Sumartana e Utama (2024).

A sustentabilidade e inovação se revelou como elemento estruturante das iniciativas analisadas. As ações desenvolvidas transcendem a adoção de práticas ambientais pontuais, abrangendo processos de agroecologia, conservação dos recursos naturais, manejo de resíduos, educação ambiental e defesa dos territórios tradicionais. Esses aspectos demonstram que o TBC

está inserido em projetos comunitários mais amplos, nos quais a atividade turística constitui um instrumento complementar para o fortalecimento do desenvolvimento local como preconiza Alcântara e Henríquez (2021).

A análise estratégica, realizada por meio da matriz SWOT, permitiu identificar que as principais fragilidades das experiências investigadas decorrem de fatores externos às comunidades. As mudanças climáticas, a expansão da especulação imobiliária, a pressão exercida pelo turismo convencional, a insuficiência de políticas públicas permanentes e as limitações de infraestrutura configuram os principais desafios para a continuidade das iniciativas. Tais fatores indicam que a sustentabilidade do TBC depende não apenas da capacidade organizativa das comunidades, mas também de condições institucionais que favoreçam sua permanência e fortalecimento.

Por outro lado, os resultados evidenciam oportunidades relacionadas ao fortalecimento das redes de cooperação, à ampliação das parcerias com universidades e organizações da sociedade civil, ao acesso a editais de financiamento e ao crescente interesse por modalidades de turismo associadas à sustentabilidade, à agroecologia e às experiências culturais autênticas. Essas oportunidades reforçam a importância das articulações interinstitucionais para a ampliação da capacidade de inovação e da resiliência das iniciativas comunitárias.

Os achados da pesquisa permitem afirmar que o TBC produz efeitos que extrapolam a dimensão econômica. As experiências analisadas demonstram contribuições para o fortalecimento da organização social, da governança comunitária, da valorização cultural e da conservação ambiental, evidenciando o caráter multidimensional do desenvolvimento promovido pelo TBC. Nesse sentido, os resultados corroboram a compreensão de que o turismo, quando estruturado sob princípios comunitários, pode constituir um instrumento de fortalecimento territorial e de promoção do desenvolvimento sustentável.

Do ponto de vista das contribuições científicas, este estudo amplia a compreensão sobre os processos de gestão do Turismo de Base Comunitária ao integrar diferentes experiências latino-americanas e analisar, de forma articulada, aspectos relacionados à Economia Social e Solidária, à participação comunitária, às estratégias de marketing, à sustentabilidade e à gestão estratégica. A utilização da matriz SWOT permitiu identificar fatores internos e externos que influenciam a consolidação dessas iniciativas, oferecendo subsídios para pesquisas futuras e para o planejamento de ações voltadas ao fortalecimento do setor.

Como limitações da pesquisa, destaca-se entrevistas exclusivamente gestores das iniciativas, o que restringe a incorporação das percepções de outros atores envolvidos, como moradores, turistas e representantes do poder público. Estudos futuros poderão ampliar o número de casos investigados, incorporar diferentes perspectivas dos sujeitos envolvidos e desenvolver indicadores que permitam avaliar longitudinalmente os impactos do TBC sobre o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Por fim, conclui-se que o fortalecimento do TBC depende da consolidação de processos participativos de governança, do fortalecimento das redes de cooperação e da implementação de políticas públicas capazes de reconhecer as especificidades dos territórios comunitários. Mais do que uma alternativa econômica, o TBC evidencia-se como uma estratégia de desenvolvimento territorial orientada pela gestão coletiva, pela valorização da diversidade sociocultural e pela conservação dos recursos naturais, contribuindo para a construção de formas mais sustentáveis e socialmente inclusivas de desenvolvimento.

Sob a perspectiva da gestão, os resultados evidenciam que o êxito das iniciativas de TBC está associado à capacidade de estruturar mecanismos de governança participativa, estabelecer redes de cooperação e mobilizar recursos institucionais para enfrentar desafios socioambientais. Assim, o estudo oferece subsídios para gestores públicos, organizações comunitárias e formuladores de políticas no planejamento de estratégias voltadas ao

fortalecimento do turismo em bases sustentáveis, contribuindo para a consolidação de modelos de desenvolvimento territorial mais inclusivos e resilientes.

Referências

Alcântara, L.C.S. & Henríquez, C. Z. (2021). Bem viver como forma de resistência no Programa de Turismo de Base Comunitária los Ríos, Panguipulli (Sul do Chile). *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.* 17(2):123. https://doi.org/10.54399/rbgdr.v17i2.6337

Araújo, K. K. S.; Barroso, C. M. R. & Souza, E. J.C. (2018). Os paradigmas da sustentabilidade: entre o ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável. *Revista Contexto Geográfico*, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 76–85. https://doi.org/10.28998/contegeo.2i3.6135

Brasil. *Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.* Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

Brasil. *Plano clima 2024–2035.* (2026). Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. https://cdn.climatepolicyradar.org/navigator/BRA/2025/brazil-s-climate-plan-2024-2035-plano-clima-2024-2035_e390f1274beae14dcb9065499318f44d.pdf

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988***.** Art. 225. Brasília, DF: Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Bugge, M. M.; Hansen, T. & Klitkou, A. (2016). What Is the Bioeconomy? A Review of the Literature. *Sustainability*, Basel, v. 8, n. 7, p. 69. DOI: https://doi.org/10.3390/su8070691

Chancel, L., Gómez-Carrera, R., Moshrif, R. & Piketty, T., et al. (2026). *Relatório sobre a Desigualdade Mundial 2026,* World Inequality Lab. wir2026. https://wir2026.wid.world/wwwsite/uploads/2025/12/WIR26_Executive_Summary_Portuguese.pdf.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. CNpq. *Política de Integridade na Atividade Científica* – Portaria nº 2664/2026. http://memoria2.cnpq.br/web/guest/view//journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/23142775?COMPANY_ID=10132

Dangi, T.B. & Jamal, T. (2016). An Integrated Approach to "Sustainable Community-Based Tourism". *Sustainability*, *8* (5): 475. https://doi.org/10.3390/su8050475

Diakosavvas, D. & Frezal, C. (2019). Bioeconomy and the sustainability of the agriculture and food system: opportunities and policy challenges. Paris: OECD Publishing. *OECD Food, Agriculture and Fisheries Papers*, n. 136. https://doi.org/10.1787/d0ad045d-en

Esteves, A. M.; East, M.; Genus, A.; Henfrey, T. & Penha-Lopes, G. (2021). Sustainable entrepreneurship and the Sustainable Development Goals: Community-led initiatives, the social solidarity economy and commons ecologies. *Business Strategy and the Environment*, Hoboken, v. 30, n. 3, p. 1423-1435. DOI: https://doi.org/10.1002/bse.2706

Gonçalves, A.C. N.; Neiva, K. N.; Bastos, B. G.; Vasconcelos, A.M. & Lopes, J. C.J. (2020). Bioeconomia sustentável: uma proposição científica emergente. *Desenvolvimento, Fronteiras & Cidadania*, Ponta Porã, v. 4, n. 7, p. 63-80. https://periodicosonline.uems.br/fronteiracidadania/article/view/5501

Grimm, I. J., Alcântara, L. C. S. & Sampaio, C. A. C. (2018). O turismo no cenário das mudanças climáticas: impactos, possibilidades e desafios. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 12(3): 1–22. https://doi.org/10.7784/rbtur.v12i3.1354

Gutiérrez, L. A. L.; Oliveira Junior, C. J. F.; Gomes, R. J. B.; Campos, R. P.; Bortolotto, I. M. & Fehlauer, T. J. (2023). Bioeconomia e sociobiodiversidade na perspectiva agroecológica para o Bem Viver. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 18, n. 1, p. 129-150. http://doi.org/10.33240/rba.v18i1.23741

Igwe, A. (2026). Bio-Based Communities of Practice: Primed for the Social and Solidarity Bioeconomy. *Integrative and Comparative Biology*, Oxford, v. 66, icag067. DOI: 10.1093/icb/icag067. https://doi.org/10.1093/icb/icag067

Irving, M. A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). *Turismo de base comunitária:* diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem. p. 108-121.

Irving, M. A (2015). *Turismo de Base Comunitária: o que isso significa no contexto da globalização?* Rio de Janeiro: Folio Digital.

Kotler, P. & Keller, K.L. (2012). *Administração de marketing*. 14. ed. Tradução de Sônia Midori Yamamoto. São Paulo: Pearson Education do Brasil.

Nações Unidas BrasiL. (2015). *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.* https://brasil.un.org/pt-br/sdgs

Navarro-Drazich, D., Christel, L.G., Gerique, A., Grimm, I.J., Rendón, M.L.; Alcantara, L.C.S, Abraham, Y., Conde, M. R. & Simón, C. (2023). Climate change and tourism. *Journal of Sustainable Tourism.* https://doi.org/10.1080/09669582.2023.2210783

Paz, A.; Tunes, G. & Lima, R. (2005). Sobre desenvolvimento situado: Entrevista com Hassan Zaoual. *Caderno Virtual de Turismo*. Vol. 24, N. 2: p. 09-30. DOI: http://dx.doi.org/10.18472/cvt.24n2.2024.2209

Ribeiro, M. A.; Alcântara, L. C. S. & Sampaio, C. A. C. (2025). Turismo em pousadas no Pantanal e possíveis transitoriedades. *Revista Turismo y Sociedad***,** *36*: 69–93. https://doi.org/10.18601/01207555.n36.03

Scheyvens, R. (1999). Ecotourism and the Empowerment of Local Communities. *Tourism Managment, 20* (2): 245–249. http://doi.org/10.1016/S0261-5177(98)00069-7

Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Singer, P. (2008). Economia solidária. Entrevista concedida a Paulo de Salles Oliveira. *Estudos Avançados***,** São Paulo, v. 22, n. 62, p. 289-314, jan./abr. http://doi.org/10.1590/S0103-40142008000100020

Surata, I. K.; Sumartana, I. M. & Utama, I. G. B. R. (2024). The impact of cultural tourism on local traditions. *JPPI Jurnal Penelitian Pendidikan Indonesia, 10* (4): 672-672. https://doi.org/10.29210/020244780

Torres, P.H.C.; Urbinatti, A.M.; Gomes, C.; Schmidt, L.; Leonel, A.L.; Momm, S. & Jacobi, P.R. (2021). Justiça climática e as estratégias de adaptação às mudanças climáticas no Brasil e em Portugal. *Estudos Avançados***,** v. 35, n. 102, p. 159-176. https://doi.org/10.1590/S0103-4014.2021.35102.010

Ummel, K. (2014). Who Pollutes? *A Household-Level Database of America's Greenhouse Gas Footprint. CGD Working Paper 381*. Washington, DC: Center for Global Development. October. http://www.cgdev.org/publication/who-pollutes-household-level-database-americasgreenhouse-gas-footprint-working-paper

Uninove. (2025). *Política para o Uso da Inteligência Artificial no PPGA e PPGP.* https://assets.uninove.br/Politica-de-Uso-de-IA-PPGA-e-PPGP_202509.pdf

Vieira, P.F. (2009). Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. *Política & Sociedade***,** v. 8, n. 14, p. 27-75. https://doi.org/10.5007/2175-7984.2009v8n14p27

Walsh, C. (2013). (ed.). *Pedagogías decoloniales:* prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito: Ediciones Abya-Yala. https://www.researchgate.net/publication/368840775_Pedagogias_decoloniales_Practicas_insurgentes_de_resistir_reexistir_y_revivir_TomoI

Zielinski, S.; Jeong, Y.; Kim, S & Milanés, C.B. (2020). Why Community-Based Tourism and Rural Tourism in Developing and Developed Nations are Treated Differently? A Review**.** *Sustainability*, v. 12, n. 15, art. 5938. https://doi.org/10.3390/su12155938